

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE/RO
Chave de correção preliminar da Prova Discursiva

Cargo: S32 - PROCURADOR DO MUNICÍPIO (Peça Processual)

A Câmara Municipal da cidade X aprovou a Lei Municipal nº 1.234/2024, que impõe restrições ao funcionamento do comércio local em desacordo com a Constituição Estadual de Rondônia, notadamente em relação à garantia da livre iniciativa. Embora o Prefeito Municipal tenha vetado a lei, a Câmara derrubou o veto. As restrições impostas pela Lei Municipal nº 1.234/2024 estão prejudicando vários empreendedores locais, que alegam que terão que demitir funcionários e, até mesmo, encerrar suas atividades.

O Prefeito da cidade X, preocupado com a situação, pede a V.Sa. que, em até 60 linhas, elabore a ação cabível contra a Lei Municipal nº 1.234/2024.

GABARITO COMENTADO

O candidato deve propor ação direta de inconstitucionalidade perante a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em nome do Prefeito Municipal da cidade X. Na peça, deve justificar a legitimidade ativa do Prefeito Municipal, a competência originária do Tribunal de Justiça para julgamento da ação, explicar os fatos e a incompatibilidade da Lei Municipal nº 1.234/2024 com os dispositivos da Constituição Estadual que tratam da livre iniciativa, e realizar pedido liminar para suspensão imediata dos efeitos da referida lei, encerrando com os pedidos cabíveis.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

A questão valerá até 20 pontos, de acordo com a especificação apresentada abaixo.

Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
1	Endereçamento da petição inicial – Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.	1
2	Identificação da peça cabível – Ação Declaratória de Inconstitucionalidade.	1
3	Identificação e qualificação do autor – Prefeito Municipal da cidade X	1
4	Justificação da legitimidade ativa do Prefeito Municipal	1
5	Justificação da competência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	1
6	Descrição dos fatos – Aprovação da Lei, veto do Prefeito em razão de incompatibilidade com a Constituição Estadual, derrubada do veto, prejuízos aos empreendedores locais.	2
7	Fundamentação jurídica – Incompatibilidade da Lei nº 1.234/2024 com a livre iniciativa prevista na Constituição Estadual.	4
8	Pedido liminar – Configuração do <i>periculum in mora</i> e do <i>fumus boni iuris</i> para suspensão imediata dos efeitos da Lei nº 1.234/2024.	4
9	Pedidos de (i) concessão da liminar, (ii) notificação da Câmara Municipal da cidade X, na pessoa de seu presidente, (iii) procedência da ação, para que se declare a inconstitucionalidade da Lei nº 1.234/2024, com efeitos <i>ex tunc</i> .	3
10	Indicação de provas a produzir.	1
11	Local (cidade X), data e assinatura (genéricas).	1
Total		20